

WLADIMIR NOVAES MARTINEZ
Advogado especialista em Direito Previdenciário.

DANO MORAL NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

LTR

2005

347.426.4:351.84(81)
M385d



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara
Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martinez, Wladimir Novaes

Dano moral no direito previdenciário / Wladimir Novaes Martinez. — São
Paulo : LTr, 2005.

ISBN 85-361-0771-5

1. Dano moral 2. Direito previdenciário - Brasil I. Título.

05-8281

CDU-347.426.4: 368.4(81)

Índice para catalogo sistemático:

1. Brasil: Dano moral no direito previdenciário 347.426.4: 368.4(81)

347.426.4:351.84(81)
M385d



Índice

Glossário de Siglas	13
Prefácio	17
Capítulo I - Escorço Histórico	21
Capítulo II - Natureza Jurídica	25
Capítulo III - Conceito de Dano Moral	27
Definição de dano	28
Concepção doutrinária	28
Visão legal	30
Idealização securitária	30
Descrição de dano moral	31
Reparação material	31
Reposição moral	31
Pequenas ofensas	32
Tipos de compensação	32
Momento histórico	32
Capítulo IV - Falso Dano Moral	33
Aumento da indenização	33
Meio de vida	34
<i>Jus vindicatae</i>	34
Aventura jurídica	35
Armadilha ardilosa	35
Motivação invejosa	35
Ânsia de publicidade	35
Instrumento inescrupuloso	36
Compensação do irreparável	36
Resgate psicológico	36
Capítulo V - Prejuízos a Pessoa	37
Prejuízo pessoal	37
Perda civil	38
Agressão penal	38
Lesão laboral	39
Ofensa material	39
Patrimonial e psicológico	40
Temporalidade e permanência	40

347.426.4:351.84(81)
M385d



Lucro cessante	40
Dano social	41
Dor moral	41
 Capítulo VI - Fontes Jurídicas	 42
Prolegômenos do instituto	42
Tratados e Convenções	43
Constituição Federal	44
Código Civil	45
Lei Ordinária	45
Fontes materiais	45
Doutrina nacional	46
Jurisprudência judicial	46
Código de Defesa do Consumidor	47
Direito Comparado	47
 Capítulo VII - Autoria e Responsabilidade	 48
Pessoa física	49
Pessoa jurídica	49
Ônus do Estado	50
Dever social	50
Ação regressiva	50
Co-responsabilidade	51
Responsabilidade decaída	51
Culpa presumida	52
Coletividade da culpa	52
Renúncia a reparação	52
 Capítulo VIII - Exclusão da Responsabilidade	 53
Inimputabilidade do agente	53
Ausência de nexo causal	54
Força maior	54
Estado de necessidade	54
Exercício de dever legal	55
Concorrência da vítima	55
Falha de terceiros	55
Ausência de alternativa	56
Cláusula exclusória	56
Vontade viciada	56
 Capítulo IX - Amplitude da Matéria	 57
Previdência básica	57

347.426.4:351.84(81)
M385d



Complementação privada	58
Serviço público	58
Seguro privado	58
Assistência social	58
Ações de saúde	58
Poder Judiciário	59
CEF e Banco do Brasil	59
IBGE e DATAPREV	59
Empresa e empregador doméstico	59
 Capítulo X - Nuanças Fundamentais	 60
Avaliação da subjetividade	60
Individualidade do autor	61
Oportunidade do momento	61
Prazo decadencial	62
Expressão jurídica	63
Publicidade do ato	63
Arrependimento eficaz	64
Motivação da vítima	64
Objetivo da ação	65
Permanência e eventualidade	65
 Capítulo XI - Especificidade Securitária	 67
Natureza alimentar	67
Continuidade da relação	68
Essência substitutiva	68
Premência do deferimento	69
Papel da administração	69
Falta de estrutura	69
Poder de império	70
Legitimidade dos atos	70
Ônus da prova	70
Desproporcionalidade das partes	71
 Capítulo XII - Distinções Necessárias	 72
Dano material	72
Prejuízo moral	73
Lesão corporal	73
Diminuição profissional	74
Perda econômica	74
<i>Lana caprina</i>	74
Diferenciações oportunas	75

347.426.4:351.84(81)
M385d



Cumulatividade de reparações	75
Dependência das ações	76
Indenização monetária e moral	76
 Capítulo XIII - Classificação dos Danos	 77
Substancialidade do fato	77
Efeitos consecutórios	78
<i>Iter criminis</i>	78
Reparabilidade do prejuízo	79
Grandeza da dimensão	79
Previsibilidade do acontecimento	79
Subjetividade do titular	80
Temporalidade dos consecutórios	80
Cognoscibilidade do prejuízo	80
Espectro do alcance	80
 Capítulo XIV - Sujeitos da Relação	 82
Pessoa física	82
Pessoa jurídica	83
Réus da ação	83
União Federal	83
Estados federativos	83
Municípios da República	83
Distrito Federal	84
Ministérios governamentais	84
Empresas públicas	84
Direito privado	84
 Capítulo XV - Pressupostos Lógicos	 85
Ocorrência e consumação	86
Prova persuasória	87
Remissão da culpa	87
Nível de intensidade	88
Nexo causal	88
Causa excludente	89
Prejuízo efetivo	90
Liquidação do dano	90
Oportunidade da ação	90
Iniciativa da vítima	91
 Capítulo XVI - Composição do Conflito	 92
Análise subjetiva	92

347.426.4:351.84(81)
M385d



Profissional especializado	93
Reunião de provas	93
Conciliação prévia	93
Solicitação administrativa	94
Perícia do dano	94
Ação processual	94
Conciliação judicial	95
Execução da sentença	95
Descumprimento da execução	95
 Capítulo XVII - Modalidades de Compensação	 96
Montante pecuniário	96
Reposição moral	97
Pena alternativa	97
Concessão do benefício	97
Sindicância e inquérito	98
Pagamento de juros	98
Correção monetária	98
Multa pecuniária	99
Admoestação	99
Desagravo público	99
 Capítulo XVIII - Quantificação do Valor	 100
Parâmetro inicial	101
Proporcionalidade do valor	101
Propriedade da grandeza	102
Tarifação do <i>quantum</i>	103
<i>In dubio pro creditoris</i>	103
Objetivo do instituto	104
Reparação de danos indiretos	104
Avaliação das partes	104
Filtro das intenções	105
Critérios possíveis	105
 Capítulo XIX - Provas do Alegado	 109
<i>Onus probandi</i>	110
Relevância do documento	110
Depoimento testemunhal	111
Lauda pericial	111
Prova emprestada	112
Presunção do dano	112
Acareação pessoal	113

347.426.4:351.84(81)
M385d



Persuasão impossível	114
Domínio público	114
Justificação administrativa	115
Capítulo XX - Justiça Competente	116
Prestações securitárias	116
Previdência privada	116
Seguro particular	117
Direito do Trabalho	117
Representação profissional	118
Entidades patronais	118
Ações de saúde	118
Seguro-desemprego e FGTS	119
PIS-PASEP	119
Servidor e órgão público	119
Capítulo XXI - Dano a Pessoa Jurídica	120
Introdução do tema	120
Normas incidentes	121
Identificação da personalidade	121
Pessoas estatais	122
Adaptação do dano moral	122
Bem jurídico tutelado	123
Cabimento lógico	123
Reparação in natura	124
Pensamento doutrinário	124
Entendimento jurisprudencial	125
Capítulo XXII - Lesões Coletivas	126
Distinções oportunas	126
Indexadores atualizadores	127
Salário mínimo	128
Fundo de garantia	128
Proteção aos idosos	128
Seguro-desemprego	128
Assistência social	129
Pianos de saúde	129
Legitimidade ad causam	129
Posição doutrinária	129
Capítulo XXIII - Concessão Tardia	131

347.426.4:351.84(81)
M385d



Capitulo XXIV - Falta de Orientação	133
Capitulo XXV - Atendimento Desatencioso	136
Capitulo XXVI - Descumprimento de Decisão	138
Capitulo XXVII - Extravio de Processo	140
Capitulo XXVIII - Recusa de Protocolo	142
Capitulo XXIX - Retingiu de Documentos	145
Capitulo XXX - Cerceamento da Defesa	146
Capitulo XXXI - Procrastinação da Devolução	148
Capitulo XXXII - Inobservância de Súmulas	150
Capitulo XXXIII - Má Exegese das Leis	152
Capitulo XXXIV - Perícia Equivocada	154
Capitulo XXXV - Acordos Internacionais	156
Capitulo XXXVI - Transparência na Complementação	157
Capítulo XXXVII - Lentidão na Revisão	159
Capitulo XXXVIII - Engano no Calculo	161
Capítulo XXXIX - Presunção de Fraude	163
Capítulo XL - Erro Medico	165
Capítulo XLI - Indeferimento de CND	167
Capitulo XLII - Crimes Previdenciários	169
Capitulo XLIII - Greve Publica	171
Capitulo XLIV - Entidades Beneficentes	173

347.426.4:351.84(81)
M385d



Capítulo XLV - Inclusão no CADIN	175
Capítulo XLVI - Excesso de Exação	177
Capítulo XLVII - Maus-tratos ao Idoso	179
Capítulo XLVIII - Suspensão e Cancelamento	181
Capítulo XLIX - Anotações na CTPS	183
Capítulo L - Mora no Seguro-Desemprego	185
Capítulo LI - Inércia do Poder Judiciário	187
Obras do Autor	189

347.426.4:351.84(81)
M385d

